

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Dispõe sobre as regras de processamento e procedimentos para o requerimento, pagamento, tramitação e concessão de Certidões, Alvarás e demais documentos emitidos pela Prefeitura Municipal de Arujá.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Todos os requerimentos que estão sujeitos à cobrança de Preços Públicos ou Emolumentos, tais como os para concessão de Certidões, Alvarás, Atestados, dentre outros, deverão, obrigatoriamente, especificar a que fim se destinam, conter o endereço completo do requerente, telefone e e-mail, bem como ser instruídos com cópias dos seguintes documentos:

- I – RG ou documento equivalente;
- II – CPF;
- III – Comprovante de endereço;

§1º Quando o requerimento tratar de imóvel:

- I – matrícula, escritura ou contrato;
- V – IPTU;
- VI – Croqui, quando couber.

Art. 2º. Os custos pertinentes à confecção do documento serão cobrados no ato do requerimento.

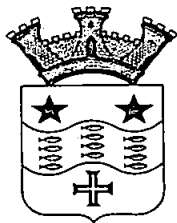
Art. 3º A Secretaria Municipal competente deverá emitir o documento requerido em, no máximo, 60 (sessenta) dias, podendo o prazo ser prorrogado mediante justificativa.

Art. 4º. Os autos deverão ser remetidos à Secretaria contratante, ou seja, aquela que detém as informações necessárias para a emissão do Atestado de Capacidade Técnica.

Art. 5º. Não se aplicam às determinações do artigo 2º os requerimentos de cópias, devendo, após a autorização legal, ser o requerente notificado pelo Setor de Protocolo para recolher o valor apurado.

Art. 6º. Nos casos do artigo 5º, as cópias deverão ser fornecidas em até 02 (dois) dias úteis a contar da data do pagamento.

Art. 7º. O contribuinte deverá retirar as cópias solicitadas em até 10 (dias) dias úteis após a emissão, prazo em que o processo será remetido ao arquivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 8º Os prazos constantes no artigo 7º aplicam-se aos demais requerimentos.

Art. 9º Demais ações não discriminadas nesta Instrução Normativa deverão ser submetidas à análise da Secretaria Municipal de Finanças.

Prefeitura Municipal de Arujá, 15 de outubro de 2013.

Inês Rodrigues dos Santos
Secretária Municipal de Finanças